


Formação cidadã: Resgate da cidadania

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.010-064>

Kathia Susana Almeida

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em
Educação

Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR)

RESUMO

O objeto destaca que o adolescente, procedente de família excluída, estudando em escola precarizada, encontra no Programa Jovem Aprendiz uma oportunidade de profissionalização. O objetivo geral visa compreender os contextos cultural, familiar e escolar dos adolescentes. Os objetivos específicos são descrever o contexto cultural; discorrer sobre o cenário familiar; explicar o ambiente escolar. A metodologia destaca que a pesquisa em sua estrutura é qualitativa, tendo em vista que os procedimentos de coleta de dados se classificam na modalidade de observação participante. Os resultados destacam que da riqueza dos depoimentos ouvidos observa-se a obtenção da mudança de realidade dos jovens diante da oportunidade de se profissionalizarem. Houve aditamento da auto-estima, postura, comportamento, forma de vestir e melhora da comunicação com os colegas e as instituições. Esses adolescentes realçam a importância do curso neste despertar para o mundo do trabalho. A conclusão destaca que os adolescentes, por meio do Programa Jovem Aprendiz, obtêm benefícios como melhor qualidade técnica, inclusão no mercado de trabalho, integração social, resgate da cidadania e formação cidadã edificando uma sociedade equitativa.

Palavras-chave: Adolescente, Cultura, Escola, Família, Menor Aprendiz.



1 INTRODUÇÃO

Cultura é uma perspectiva do mundo que as pessoas passam a ter em comum quando interagem. Família, enquanto classe de indivíduos com um *estigma inato*, é obstaculizada, excluída e invisibilizada pela sociedade. Escola, com cenário precarizado, alunos excluídos, corpo docente sobrecarregado, suscita desigualdades sociais.

O objeto, neste estudo, é o Programa Jovem Aprendiz que facilita o encontro do primeiro emprego e vincula o trabalho com a educação. O problema reflexiona porque os adolescentes almejam uma oportunidade em um Programa de Jovem Aprendiz? O objetivo geral visa compreender os contextos cultural, familiar e escolar dos adolescentes. Os objetivos específicos são descrever o contexto cultural; discorrer sobre o cenário familiar; explanar o ambiente escolar. As hipóteses são a gravidade do quadro de miséria para a família pobre representa a instabilidade de laços afetivos e esgarçamento de solidariedade; o ambiente familiar obstaculiza a saúde emocional e o desenvolvimento cognitivo dos adolescentes; a linguagem, os hábitos, os costumes e os valores familiares são distintos da comunidade escolar.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Andrade; Santos e Jesus (2016) alicerçam que o Programa Jovem Aprendiz é uma iniciativa do Governo Federal edificado por meio de políticas públicas e principalmente por incentivos, abrindo caminhos para que os jovens obtenham o seu primeiro emprego.

Borges (2010) corrobora que os jovens trabalhadores, que precocemente iniciam uma atividade laboral, trazem desejos de ser alguém, de ser feliz a partir do seu trabalho.

Oliveira e Godoy (2015) desmistificam que a valorização social de estar empregado e o apoio de figuras fraternais positivas são os principais fatores de proteção, bem como as principais estratégias de enfrentamento são a racionalização e o investimento em relacionamentos próximos.

Freitas e Oliveira (2012) panoramizam que os jovens sugerem melhorias e indicam paradoxos na relação trabalho-formação, usando uma formação cidadã, diferenciando *o estudante que trabalha e o trabalhador que estuda*.

Moura (2009) reflexiona que o trabalho para a maioria dos jovens representa uma transformação em suas vidas, pois por meio dele consomem, contribuem para a renda familiar e passam a ser valorizados perante a sociedade.

A cultura, compartilhada na interação, constitui uma perspectiva consensual sobre o mundo e dirige os atos neste universo.

A cultura distingue aqueles com quem se interage. A instituição social significa uma visão universal única.



As organizações comunitárias são os veículos da cultura. Se é socializado para aceitar as sugestões dos que têm do seu lado muitos anos de história, uma longa tradição. As instituições também têm uma gênese, assim como as comunidades e grupos.

Uma sapiência é uma perspectiva comum, um conjunto de ideias que as pessoas desenvolvem e aprendem na interação social.

Cada sociedade desenvolve uma cultura que possui um conjunto de verdades, e o mesmo faz cada comunidade da sociedade, cada organização formal, grupo e díade.

As ideias são *culturais*, são formadas nas instituições sociais e ensinadas às pessoas como membros delas. Mesmo que verdadeiras em certa medida, também são limitadas para captar a realidade, pois cada uma é um enfoque, exagerando determinados aspectos da realidade e menosprezando outros.

No Brasil há oportunidades para quem *labora determinantemente*. É um lugar onde este tipo de pessoa pode chegar ao topo. Tem por base a competição, que traz à tona qualidades, esforços e características competitivas do ser humano. Se alguém consegue o sucesso neste sistema, será capaz de manter o que conquistou. Se não for bem-sucedido, há chances de este ator não ter se desempenhado o suficiente. Estas sugestões são *cognitivas*. Funcionam para proteger o sistema econômico e a desigualdade social.

A cultura também se compõe de ideias a respeito das coisas pelas quais vale a pena se empenhar (finalidades). Elas são de dois tipos: valores e objetivos.

Um *valor* é um compromisso de longo prazo por parte da instituição ou do indivíduo. É uma forte preferência, um princípio edificador em torno do qual se estabelecem objetivos e ocorre a ação. Um *propósito* é uma meta de curto prazo de um indivíduo ou organização comunitária em uma situação específica.

Um compromisso intenso com uma organização social significa que a própria instituição se torna um valor importante para o indivíduo. Se pode estar disposto a dar o tempo, dinheiro ou até mesmo a vida por ela: se pode constatar que todo o objetivo da vida está ligado a ela.

Os valores servem a um propósito: mobilizam os indivíduos em torno de fins desejáveis e os levam a atuar de maneiras que ajudam a organização. Eles refletem o que é útil e ensinado pelos que se encontram no topo da estrutura social.

A relação entre valores e ação é complexa. A igualdade, por exemplo, é um valor frequentemente sustentado, mas claramente não se tem a respeito em relação às minorias raciais.

O país como uma sociedade possui um sistema de valores que se passa a compartilhar no decorrer da história. Este conjunto se compõe em parte dos preceitos do individualismo, igualdade e sucesso material. Enumerar os propósitos de um país é tarefa difícil, pois existem numerosas exceções e contradições.



Contudo, em um nível bastante geral, cada país de fato possui um sistema de valores em comum, especialmente se analisados em contraste com outras sociedades.

Dentro de um país, cada comunidade também possui um conjunto de propósitos, influenciado pela sociedade mais ampla, mas também único em virtude da interação que ocorre em determinada comunidade ao longo do tempo. Cada uma compartilha da sapiência dominante, porém cada qual é de certo modo única nos preceitos que salienta. Cada instituição formal também desenvolve um sistema de valores, e o mesmo acontece para cada grupo.

Os objetivos, como os propósitos, são os fins pelos quais as pessoas trabalham. Objetivos são metas práticas, preceitos são metas morais. Os alvos devem ser atingidos e substituídos por outros; os valores são guias gerais para a ação. Desígnios são os desfechos específicos em torno dos quais se organiza a ação, os remates que criam os problemas que se tenta resolver.

Os valores são importantes para os objetivos. São os compromissos abstratos de longo prazo que atuam supervisionando os alvos. Se trabalha em prol dos desígnios que são coerentes com os compromissos de propósitos.

Valores e objetivos são dois componentes da cultura. Eles surgem entre as pessoas à medida que ocorre interação com o passar do tempo.

Na interação, se concorda quanto às regras do jogo (os meios empregados para atingir os fins), e se acede em as observar enquanto se está na organização social. Elas podem ser procedimentos simples a serem seguidos, ou expectativas informais, tradições, leis ou posições morais.

As normas existem em toda instituição social e fazem parte do padrão denominado cultura. Elas influenciam, moldam ou controlam (dependendo da situação) a ação do indivíduo.

O conceito de *subcultura* testifica que há muitos grupos e comunidades marcadamente distintos em uma sociedade. Ao mesmo tempo, o termo implica que ela não se desenvolve num vácuo, mas é influenciada pela sapiência mais ampla de vários modos complexos e sutis.

O termo *contracultura* é usado para designar outras culturas dentro da sapiência dominante na sociedade. A contracultura explicitamente *rejeita as normas e valores que unem a cultura dominante, ao passo que a subcultura encontra modos de afirmar a sapiência nacional e a orientação fundamental de propósitos do sistema societário dominante.*

A realidade pode existir *lá fora*, independentemente do modo como a pessoa a percebe. Contudo, o modo como a vê, o que pensa sobre ela ou o que considera correto, se origina da construção social da veracidade. É por meio da vida social que se passa a saber o que existe, que se aprende o que é real, que nome dar a isto e como o usar. Entre o *axioma como ela é* e a *autenticidade como a pessoa a vê* existe uma organização social e sua cultura, as lentes sociais por meio das quais a pessoa olha.

Souza (2009) panoramiza que as reais perturbações sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros são tornadas invisíveis.

Esconder os fatores não econômicos (precondições sociais, emocionais, morais e culturais) da desigualdade é tornar invisível as duas questões que permitem *compreender* o fenômeno da desconformidade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo.

O processo de modernização brasileiro constitui uma classe inteira de indivíduos desprovida das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação.

Essa camada social só é percebida no debate público como um conjunto de *indivíduos* carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dados que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como *violência, segurança pública, agrura da escola pública, carência da saúde pública, combate à fome, etc.*

Classe de atores com um *estigma inato*. Essas são as pessoas que estão sempre a um passo da delinquência e do abandono. Essa camada é moderna e é criada pela impossibilidade afetiva, emocional, moral e existencial de *incorporação* dos pressupostos indispensáveis à apropriação tanto de capital cultural quanto de capital econômico.

Ainda que existam sempre interesses econômicos e políticos por trás das diferenças étnicas e religiosas, a ausência de um compadecimento compartilhado de adesão nacional é determinante, onde as rivalidades são resolvidas de forma violenta, cruel e com genocídios.

Uma identidade nacional eficiente constrói as bases não apenas da solidariedade grupal dominante, mas também é uma fonte, indispensável, em condições modernas, para a própria constituição da simetria individual de cada um.

Sem práticas institucionais e sociais que estimulem e garantam a possibilidade de crítica e a independência de opinião e de ação, não existem indivíduos livres. O problema que não é fácil perceber os modos insidiosos pelos quais as práticas dos poderes dominantes constroem a ilusão da liberdade e igualdade.

Será, então, que a *culpa* é da família pela reprodução das desigualdades e injustiças?

As classes baixas no Brasil, ou mais propriamente seu patamar socialmente inferior, não possuem, muitas vezes, nem um tipo de aprendizado. Algumas vezes, ainda que quaisquer progenitores estimulem os filhos a irem à instituição, os motivos dessa escolha são *cognitivos*, da *boca para fora*, posto que a maior parte desses pais também não foi à organização ou não teve nenhuma experiência pessoal de sucesso escolar.

É o conflito, a luta entre necessidades, interesses ou ideias contraditórias que faz com que o indivíduo possa adquirir e formar uma personalidade própria e singular. É a alteração também que faz com que toda uma sociedade possa perceber e criticar os consensos perversos e desumanos que a perpassam e influenciam a sua história. Sem explicitar dissidências, tanto uma pessoa quanto um sistema societário estão condenados a repetir cegamente convenções e ideologias.



A *teoria da ação social* é um conjunto de conceitos e noções que explicam porque os indivíduos se comportam do modo como efetivamente se arrogam. Ela deve explicar por que os atores e as sociedades são diferentes entre si.

Preconceitos arraigados e conceitos ultrapassados andam de mãos dadas no sentido de impedir uma constatação mais elaborada e sofisticada das causas e consequências da modernização periférica e de suas sequelas, como a desigualdade abissal, marginalidade e subcidadania.

O *racismo*, apesar de disfarçado, continua na visão culturalista que também *essencializa* e torna homogêneos indivíduos e sociedades inteiras.

O progresso econômico é percebido como uma panaceia para resolver problemas como desigualdade, marginalização e subcidadania. Existe uma crença *fetichista* na ascensão financeira, que faz esperar da expansão do mercado a resolução de todos os problemas brasileiros.

O liberalismo sempre foi no Brasil o ideário do mercado em expansão e das classes que ganham com essa extroversão. Desde o século dezenove, mas especialmente no vinte, passa a existir uma polarização evidente entre defensores do Estado, como instancia propulsora do desenvolvimento social de um sistema societário atrasado em todas as dimensões da vida, e dos arautos da livre ação do mercado para concretizar os mesmos fins.

Existe uma relação íntima entre pobreza e debate científico *versus* lazeira da capacidade de reflexão pública. As ideias que habitam a cabeça de políticos, homens da mídia, formadores de opiniões de todos os tipos etc. são, na sua imensa maioria, concepções de *intelectuais* e de pensadores. Foi a ciência que herdou o *prestígio* e a *autoridade* que antes eram privilégios das religiões e dos grandes profetas religiosos. É bom lembrar isso num país tão colonizado pelo dado econômico que só percebe a realidade material que o dinheiro constrói. Mesmo esse axioma de *hipereconomicismo* que povoa a nação é, antes de tudo, um produto de representações, precisamente de um tipo de liberalismo mesquinho e redutor, que sob a aparência de *crítica social* reproduz, na verdade, um consenso societário responsável por uma das mais injustas e perversas sociedades globais.

Ceccon; Oliveira e Oliveira (1984) proferem que os pais estão muito preocupados porque nem todos os filhos conseguem ter vaga na organização e, mesmo os que granjeiam, começam a ter resultados ruins. São reprovados, tem que repetir o ano e correm o risco de sair sem ter aprendido nada.

Os progenitores se sentem culpados porque não são capazes de ajudar os descendentes como gostariam nos deveres de casa e na preparação dos exames. Eles chegam exaustos do trabalho, ainda tem de se ocupar com os menores e, muitas vezes, não dominam os conhecimentos e as matérias que a escola exige.

Os professores por sua vez se sentem sobrecarregados e desvalorizados em seu trabalho. Suas condições laborais são ruins: classes superlotadas, falta de material didático, programas muito extensos e complicados, etc.



Todo mundo quer que a comunidade acadêmica seja uma espécie de escada que conduz a um andar superior, a uma melhoria de vida, a um bom emprego com um sumo salário.

Essa expectativa em relação ao que a escola pode e deve fazer ainda é mais forte nas camadas sociais mais pobres. Para o povo, ela é praticamente o único meio de ascensão econômica, de subida na vida. O sucesso nos estudos seria a grande oportunidade oferecida a todos para compensar as desigualdades societárias.

A grande esperança dos que lutam pela instituição obrigatória e gratuita é com um ponto de partida igual para todos e com um mesmo percurso, nove anos de ensino básico, eles teriam agora oportunidades iguais de sucesso.

Há um abismo entre essas promessas e a realidade, entre as intenções e os fatos, entre o que a organização deveria ser e o que, de fato, é.

São sobretudo as crianças provenientes das camadas populares e do meio rural que fracassam na escola e são forçadas a interromper seus estudos.

O destino da grande maioria é aceitar os trabalhos mais duros, de remuneração mais baixa e com maior risco de desemprego na hora da crise.

A pobreza e a miséria influem muito nos resultados institucionais.

O trabalho prejudica o rendimento organizacional e o aluno acaba de reprovação em repetência abandonando a escola.

Os regulamentos e exigências escolares são vistos como a causa de muitos dos problemas que as crianças e os pais têm de enfrentar: há o problema da falta de vagas, nem todos os alunos conseguem matricula no primeiro ano com a idade certa.

Depois tem o problema da localização da instituição. Muitas vezes as mães não conseguem vaga na organização mais próxima de sua casa. As crianças são obrigadas a fazer todos os dias longos trajetos de ida e volta.

Muitos embaraços apontados poderiam ser resolvidos se a escola tivesse uma outra atitude face à inófia. Até hoje a instituição tratou a lazeira como se ela fosse culpa das pessoas, um defeito de nascença que só vem atrapalhar o trabalho na organização. E, de fato, emaranha porque ela não foi pensada para os pobres.

Não se procura adaptar a escola às necessidades dos desprovidos, o que seria perfeitamente possível; mas, ao contrário, se pede a eles que se encaixem a uma instituição que não foi feita para eles, o que é praticamente impossível. E, como eles não conseguem fazer esse *milagre*, vão sendo pouco a pouco eliminados, o que faz *desaparecer* o problema.

Os menores chegam à organização numa situação desigual.

Para acabar com o fracasso em massa das crianças mais pobres é preciso ver e compreender como a escola está disposta por dentro. É necessário conhecer os mecanismos e o modo de



funcionamento dessa engrenagem que faz com que uns poucos tenham sucesso e que a grande maioria malogra.

A lei diz que a instituição é a mesma para todos. Mas, na realidade, existem grandes diferenças entre elas: existem as *boas* e as *carentes*.

Nas organizações *carentes* os professores estão sobrecarregados e insatisfeitos. Por causa disso, ficam pouco tempo na escola. O material didático (cartilhas, livros, etc.) é inadequado e insuficiente. As turmas estão superlotadas e os menores têm menos tempo de aula. Nestas instituições, os educadores faltam com mais frequência, os educandos são rebeldes ou desinteressados e há mais problemas de disciplina.

Dentro da organização tudo muda. Essas mesmas crianças que sempre souberam se virar sozinhas, que aprenderam observando e fazendo, que em casa e na rua são espertas e faladoras, na escola não entendem o que a professora diz, se sentem incapazes de aprender, se fecham em si mesmas, vão se tornando caladas, tristes e passivas.

Logo que ele entra na instituição, o menor pobre tem de aprender a expressar e a escrever numa língua diferente daquela em que sempre falou, em casa, com os pais e os amigos.

A organização não procura conhecer nem valorizar tudo aquilo que a criança já sabe, toda sua experiência de vida que ela aprendeu em casa e na rua e que ela traz para a escola. Para a instituição, o menor tem conhecimento insignificante, não traz nada de positivo, bem ao contrário. Ele traz maneiras de falar e de se comportar que precisam ser corrigidas.

Os exercícios acadêmicos são, quase sempre, feitos em torno de problemas que não existem na vida real. Quando a professora faz uma pergunta, ela já sabe a resposta e só aceita como afirmação certa isso que ela conhece. A instituição não ajuda os educandos a resolverem barbilhos concretos, situações que eles realmente entendem e para os quais estejam interessados em procurar a solução.

O modo como a organização ensina não ajuda o educando a aprender a aprender. Ela não instrui o que fazer para reconhecer a existência de um problema, como procurar as decifrações possíveis, escolher e testar a solução que parece melhor e verificar o resultado a que se chegou.

A escola, como está organizada, não estimula a solidariedade, a ajuda mutua entre os alunos ou o trabalho em equipe. A regra fundamental da instituição é de que cada um deve se virar como puder.

A pequena minoria de educandos que tem sucesso na organização atribui esses bons resultados a seus próprios méritos e talentos. Isso faz com que se considerem a si mesmos superiores à grande maioria que fracassa.

A finalidade da escola, tal como ela existe hoje, é formar uma minoria privilegiada que, mais tarde, vai pensar, dirigir, planejar e dar ordens aos outros. Já o destino da maioria marginalizada pela instituição será o de cumprir as ordens e os planos feitos pelos donos do poder e do saber.

A maneira como a escola está organizada é o resultado da composição da sociedade em seu conjunto.

Os mais pobres são marginalizados pela organização do mesmo jeito que são explorados no plano das relações de trabalho e impedidos de participar da vida política.

A escola não é democrática porque a sociedade ainda não é verdadeiramente igualitária. Os donos do poder são também os controladores do saber e os pobres são excluídos tanto da instituição quanto da participação nas decisões.

O sistema social não são só os senhorios do condão, são também todos aqueles que, até agora, não tiveram vez nem voz.

O sistema societário pode e deve mudar.

As alterações só virão se os principais interessados se mexerem. As transformações são sempre resultados das ações dos que protestam contra o tratamento injusto que vêm recebendo da organização e exigem uma escola diferente que atenda realmente os interesses da maioria.

Como são as crianças mais pobres as que mais precisam da organização, é urgente e prioritário adotar medidas que assegurem a *todas* elas o *ingresso* na escola e sua *permanência* no ensino pelo maior tempo possível.

Algumas dessas medidas práticas, com efeito positivo imediato, são as seguintes: prolongamento do tempo de duração da jornada institucional; adaptação do horário e do calendário escolar às necessidades das crianças que trabalham; distribuição gratuita de todo o material acadêmico.

Depois dessas medidas administrativas que têm um impacto imediato, seria preciso enfrentar a questão mais complicada e difícil da mudança dos conteúdos e dos métodos de ensino.

É preciso adaptar a instituição às condições reais vividas pela grande maioria de seus alunos que vem dos lares mais desfavorecidos.

Nesse sentido, é muito importante ajudar os professores a considerarem ensinar mais e melhor. Muitas vezes é por não saberem como lidar praticamente com as dificuldades encontradas pelos menores pobres em aprender que os educadores põem a culpa nas vítimas. Com essa desculpa não levam em conta a situação real de seus educandos nem colocam em questão sua própria maneira de instruir.

É preciso garantir que todos os alunos possam aprender coisas indispensáveis como saber ler e escrever bem a língua materna; desenvolver bem o raciocínio matemático; adquirir conhecimentos básicos de história, geografia e do meio social.

O caminho a ser seguido para a mudança da organização é a mesma rota que o povo já vem trilhando em busca de soluções para tantos outros problemas de sua vida cotidiana.

Ao invés de esperar que as soluções venham de cima – das autoridades, do governo, dos especialistas – o povo mesmo resolveu agir. Discutindo juntos, em pequenos grupos e comunidades,



ele começou a tomar consciência de sua própria força e de sua capacidade de deslindar decifrações recentes. É descobrindo juntas soluções novas e se ajudando umas às outras ao invés de cada uma ficar quieta e calada em seu canto que as pessoas foram compreendendo como se organizar para defenderem seus direitos. Nesta luta diária pela sobrevivência e por uma vida melhor, elas *aprendem e ensinam*.

Conhece na medida em que vai entendendo como funciona a sociedade e vai desmontando, pouco a pouco, essa engrenagem complicada da qual a escola é apenas uma peça. O povo identifica quando procura entender junto por que os filhos vão mal na instituição e descobre que o problema não é individual, mas sim coletivo e que sua solução depende de toda a comunidade.

Vendo, julgando e agindo juntos o povo se instrui e mostra que a educação não acontece só na organização. A gente se educa cada dia, durante a vida inteira, aprendendo das experiências que vive e assimilando ainda mais se elas são traquejadas e discutidas em comum.

Mas quando o povo se junta para procurar novas soluções para seus problemas ele também, ensina. Ao longo de toda a sua caminhada, as pessoas aclaram a lição da esperança e da solidariedade. Explicam como é possível descobrir saídas em situações onde aparentemente não há caminho. Elucidam como sobreviver quando o desemprego e a pobreza poderiam levar ao desespero. Esclarecem como é possível inventar soluções a partir de si mesmo.

É nesse processo de organização de baixo para cima, temperado nas lutas de cada dia, nas vitórias e derrotas que tanto têm a argumentar que está a semente de uma nova atitude e de uma nova maneira de agir: confiar nas próprias forças para encontrar as respostas e as colocar em prática.

Essa criatividade e solidariedade não se aprendem na vida da escola tal como ela é hodiernamente, mas sim na escola da vida. O desafio consiste então em acarear o problema da organização do mesmo jeito que o povo tem enfrentado desafios bem mais complicados. É preciso levar para dentro da instituição lições que as pessoas têm aprendido e ensinado na escola da vida.

3 METODOLOGIA

O método foi racional indutivo (conhecimento do particular ao geral), com direção ascendente e demonstração causal apodítica. A análise (partiu do menos ao mais complexo) e a síntese conferiram ao conhecimento um sentido global com pesquisas qualitativa, bibliográfica, etnográfica, aplicada, descritiva e participante. Os documentos exararam de fontes primárias. Coleta de dados primários ocorreu com seleção, codificação, tabulação e interpretação universais. As técnicas usadas foram a observação participante e análise de conteúdo com variáveis independentes e contínuas e amostragem não-probabilística por acessibilidade.

A ciência condena o subjetivismo (que inclui o argumento de autoridade e a conveniência como critérios de verdade) porque, ao invés de ampliar, ele diminui ou nega a racionalidade e a

objetividade do conhecimento. A ciência só aceita como verdadeiro o que é confirmável mediante verificação compatível com o método científico.

O raciocínio indutivo descreve o conhecimento do particular ao geral. A direção ascendente é própria deste método. A indução causal apodítica é o silogismo que enuncia no antecedente a necessária relação causal entre dois fenômenos e, no conseqüente, generaliza esta relação em enunciado verdadeiramente válido.

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o universo objetivo e a subjetividade do indivíduo que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas neste processo.

A arguição bibliográfica salienta um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de formular dados atuais e relevantes relacionados com o tema.

A inquirição etnográfica enfatiza o estudo das qualidades e características do objeto de estudo mediante a observação participante.

O escrutínio descritivo destaca a explanação das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

A desquisição participante acentua o desenvolvimento a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.

As fontes primárias são dados históricos e bibliográficos.

Os dados fulcrais são aqueles colhidos diretamente na fonte.

A codificação é a técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Assim, eles são transformados em símbolos, podendo ser tabelados e contados.

A tabulação é a disposição em tabelas, possibilitando maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles.

A observação participante alicerça que o pesquisador-observador torna-se parte integrante de uma estrutura social e, nas relações face a face com os sujeitos da arguição, coleta dados e informações.

As variáveis independentes são aquelas que afetam outras, mas não precisam estar relacionadas com elas e as contínuas são aquelas que podem assumir um conjunto ordenado de valores dentro de determinados limites.

A amostragem não-probabilística depende unicamente de critérios do pesquisador e na demonstração por acessibilidade o especialista seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O problema de pesquisa *porque os adolescentes almejam uma oportunidade em um Programa de Jovem Aprendiz?* percorre caminhos abrangentes e complementares desse importante empreendimento de ser aprendiz.

O público-alvo eram adolescentes entre catorze e dezoito anos, assíduos na escola, e que tinham sido inscritos em algum programa de aprendizagem. Deveriam possuir carga horária disponível de quatro diárias. Terem renda familiar de até meio salário mínimo regional per capita, preferencialmente de família beneficiada por programas sociais do governo federal destinados a população de baixa renda. Eles cursavam o primeiro ano do ensino médio, com cinquenta alunos em sala. Entre eles, dez por cento encontravam-se inscritos em programas de aprendizagem.

Da riqueza dos depoimentos ouvidos observou-se a obtenção da mudança de realidade dos jovens diante da oportunidade de se profissionalizarem.

As entidades mantenedoras não medem esforços para verem concretizados seus objetivos de inclusão diante de uma sociedade excludente. Exclusão que tem como causa, dentre vários fatores, o insucesso escolar, pois as reprovações sucessivas agravam a situação dos menos favorecidos, que por não serem diplomados, se apresentam aos recrutadores das empresas em desvantagem quase insuperável. Muitos, considerados pelas corporações como incapacitados, ficam excluídos definitivamente do mundo do trabalho e privados de qualquer possibilidade de inclusão social.

É gratificante para todos os profissionais que trabalham nos programas de jovens aprendizes sentirem, aos finais dos módulos, o crescimento dos adolescentes demonstrados pelo aumento da autoestima, postura, comportamento, forma de vestir e melhora da comunicação com os colegas e as instituições.

Denota-se que a simples observância da legislação da aprendizagem, artigos 428 a 433 da Consolidação das Leis do Trabalho e a inserção dos adolescentes nestes programas, tem o condão de produzir mudanças significativas na vida da juventude. Com efeito, comprova-se que diante da sua iniciação profissional, aliada à escolaridade e formação profissional específica os jovens têm crescido integralmente, como seres humanos e cidadãos.

O embasamento teórico confirmou as *hipóteses*: A gravidade do quadro de miséria para a família pobre representa a instabilidade de laços afetivos e esgarçamento de solidariedade; O ambiente familiar obstaculiza a saúde emocional e o desenvolvimento cognitivo dos adolescentes; A linguagem, os hábitos, os costumes e os valores familiares são distintos da comunidade escolar.

É necessário perceber que a inópia nos cerca: ela persiste dentro das escolas, nos noticiários e em diversos estudos sociais. Nas salas de aula, essa realidade fica evidenciada pelos corpos famintos e empobrecidos de crianças e adolescentes que chegam às escolas, as quais são, em muitos casos,

igualmente lazeiros. Devido a tão significativa presença, essa questão se tornou objeto de políticas públicas, como programas de *erradicação da pobreza*.

As possibilidades de reflexão e de ação, problematizando a temática da inóxia e das desigualdades sociais no contexto educacional, alicerçam o reconhecimento da situação de exclusão social.

Se considera que diante de discussões e leis que pleiteiam direitos iguais para todos, a educação em pleno século XXI ainda não é considerada uma prioridade na política governamental, o que se traduz nos desafios de financiamento e gestão da educação. Talvez sejam questões políticas, administrativas ou culturais. Ou então, além de todas as dificuldades reais que a pobreza traz, haja também a barreira comportamental de comodismo, achando que sempre foi assim, que não é possível mudanças, pensamento que provem tanto da parte do sujeito quanto da própria comunidade educacional.

Observei, no desenrolar deste trabalho científico, na minha relação entre aquilo que analisei e minha autoanálise como pesquisadora, mediada pelas interações com outros profissionais (especialistas, autores, peritos) que houveram conflitos que dinamizaram o processo de investigação. Interpreto isso como uma perspectiva relacional enquanto condição de operar das chamadas *humanidades* quando se fala de metodologias de escrutínio qualitativo. Aqui sinalizo formas de pensar, de julgar e de opinar como indícios valorativos. Talvez, neste reconhecimento, esteja localizado o atributo que destaquei.

Josviak e Bley (2009) salientam que já se observou que a juventude é uma época de transição em que se passa da dependência completa, que caracteriza a infância e, atravessando uma série de etapas, atinge a plena autonomia própria da vida adulta.

No processo de transição da infância (dependência e estudos) até a idade adulta (autonomia e trabalho) tem papel fundamental o processo de inserção no mercado de trabalho que é condicionado pelos supracitados aspectos, lhes dando uma conotação própria.

Durante anos, em vários ordenamentos jurídicos, inclusive o brasileiro, na abordagem do trabalho se distinguem as fases a menor idade, até dezoito anos, e a fase adulta. Nas últimas décadas, no Brasil, o trabalho e a profissionalização tem sido colocados na perspectiva de 14 anos até 24 anos, levando em consideração sua especificidade nesta faixa etária.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) revela que no interior da juventude há recortes diversos sobre vivência nos setores urbano e rural, sobre gênero, sobre total população jovem, sobre a qual trabalha e estuda, que só estuda, que só trabalha, sobre modalidades de trabalho, inclusive o informal, sobre a importância do *empreendedorismo* jovem, sobre a necessidade de profissionalização no mundo globalizado em que se altera o processo produtivo, sobre o desemprego do jovem com causas e efeitos.



Vários fatores fazem com que programas governamentais e não-governamentais se proponham a inserir os jovens também em outras modalidades de relações jurídicas de trabalho: o associativo de que a cooperativa é uma modalidade, o autônomo, o de regime familiar, o do empreendedorismo.

O enfoque mais correto enfatizando a educação em nível fundamental e médio está sendo dado pelo Programa Pro-Jovem inserido na Política Nacional da Juventude, a ser executada em conjunto pelos Governos Municipais e Federais tendo como objetivo proporcionar aos jovens (de 14 a 24 anos), em situação de inclusão e vulnerabilidade social: a elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental; a qualificação profissional, com certificado de formação inicial; a inclusão digital, com o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

Profissionalização do jovem é um tema relevante na atual conjuntura quando se trata de sua inserção em um mercado altamente competitivo e exigente quanto as capacidades requeridas.

As transformações tecnológicas atuais e os efeitos da globalização da economia no setor produtivo estão exigindo um profissional multiquificado e de empregabilidade multifacetada.

A mais perfeita das alternativas de formação técnico-profissional é dada pela aprendizagem escolar, regulada pelos artigos 39 a 42 da Lei 9.394/96 – LDB.

A Lei n. 11.180 de 2005 institui o projeto Escola da Fábrica como uma modalidade de formação profissional inicial e continuada de jovens de 14 a 24 anos de baixa renda (receita mensal per capita de até um salário mínimo e meio), desde que matriculados na educação básica da rede pública (ensino fundamental e ensino médio, art. 21, Inciso I da Lei n. 9.394/96) ou em cursos supletivos de jovens e adultos (art. 37 da Lei n. 9.394/96).

5 CONCLUSÃO

O adolescente por toda a história da humanidade sempre é visto como um adulto em miniatura. Resgatar seus direitos, constitucionalmente, garantidos pelo art. 227, é dever que a todos impõem e, entre esses, a aquiescência à profissionalização. Dentre as diversas formas ocupacionais a aprendizagem surge como um meio eficiente, legal e que propicia igualdade real, pois possibilita aos excluídos o seu acesso.

O resgate da cidadania, através da formação cidadã, onde a compreensão dos contextos cultural, familiar e escolar dos adolescentes é solidificado por meio da riqueza dos depoimentos ouvidos. Observo a obtenção da mudança de realidade dos jovens diante da oportunidade de profissionalização. Isto é demonstrado através do seu

Há ascensão da autoestima, postura, comportamento, forma de vestir e melhora da comunicação com os colegas e as instituições. Esses jovens, quando indagados, realçam a importância do curso neste despertar para o mundo do trabalho. Dizem-se conscientes das transformações ocorridas



neste processo e das novas possibilidades de mercado que se abrem, melhorando, dessa forma, a sua qualidade de vida e também a da sua família.

O mundo do laboro atual demanda pessoas com qualificação profissional, senso crítico e proatividade. Tais requisitos encontram-se distanciados dos jovens oriundos de famílias de baixa renda, face o baixo nível de escolaridade e de acesso à formação laboral. Nesse contexto a aprendizagem retorna as suas origens como uma alternativa para alterar essa situação.

A fragilidade das políticas públicas em muito contribui para o processo de exclusão de milhares de adolescentes do processo de qualificação, aumentando ainda mais as desigualdades sociais. Cada vez mais a camada empobrecida da população tem como objetivo principal a sobrevivência e, diante deste quadro, falar da garantia dos direitos fundamentais é um discurso quase que inoperante.

Assim, através do Programa Jovem Aprendiz, os adolescentes obtêm benefícios como melhor qualidade técnica, inclusão no mercado de trabalho, integração social, resgate da cidadania e a contribuição para uma sociedade equitativa.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Junio Mendonça de; SANTOS, Karlos Kleiton dos; JESUS, Gustavo Santana de. O programa jovem aprendiz e sua importância para os jovens trabalhadores. *Interfaces Científicas – Direito*, [S. L.], v. 4, n. 2, p. 45-54, 2016.
- BORJES, Regina Celia Pulenele. Jovem-aprendiz: os sentidos do trabalho expressos na primeira experiência profissional. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2010.
- CECCON, C.; OLIVEIRA, M.D.de; OLIVEIRA, R.D. A vida na escola e a escola da_vida. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; OLIVEIRA, Lygia Maria Portugal de. Juventude e educação profissionalizante: dimensões psicossociais do programa jovem aprendiz. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, 2012.
- JOSVIK, M.; BLEY, R.B. Ser aprendiz! Aprendizagem profissional e políticas públicas: aspectos jurídicos, teóricos e práticos. São Paulo: LTr, 2009.
- MOURA, Leila Silva de. Juventude e trabalho: o sentido do trabalho para o jovem aprendiz. 2009. Dissertação (Mestrado de Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.
- OLIVEIRA, Adriana Leonidas de; GODOY, Monique Marques da Costa. O processo de resiliência do jovem aprendiz e as estratégias de conciliação estudo-trabalho. *Boletim de Psicologia*, São Paulo, v. 65, n. 143, 2015.
- SOUZA, J. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.